PECULATO — PENA ACESSÓRIA — INDIGNIDADE PARA O OFICIALATO

— No crime de peculato a intenção lesiva é uma só e tem como objetivo um só propósito, embora constituído pela repetição de atos parciais visando a mesma finalidade.

— Interpretação do art. 229 do Cód. Penal Militar; *idem*, do dec.-lei n.º 3.038, de 10/2/41.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Leopoldo Augusto de Oliveira Guimarães Filho e outros *versus* C. E. J. da Marinha, da Auditoria da 6.ª R. M.

Apelação n.º 14.475 — Relator: Sr. Ministro
CARDOSO DE CASTRO

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, dêles se verifica que o Dr. Promotor Substituto, em exercício, da Auditoria da 6.ª Região Militar ofereceu denúncia atribuindo ao 1.º Tenente, Intendente Naval Leopoldo Augusto de Oliveira Guimarães Filho os crimes de peculato, concussão, corrupção, prevaricação e falsidade, previstas nos arts. 229, 231, 232, 235 e 240 do Código Penal Militar, e ao Sub-Oficial Fiel Manoel Brígido da Silva os mesmos crimes, *ex-vi* da regra de co-autoria inscrita no art. 33 do mesmo Código, e, oferecendo a denúncia, narrou detalhadamente os fatos criminosos e concluiu: “O inquérito, exaustivo, atesta, comprova, evidencia o desequilíbrio financeiro de ambos, apontados no hábito do jogo, e,

daí o manejo com os dinheiros públicos, nas prestações e faltas de pagamentos, nos recolhimentos atrasados dos saldos dos trimestres, nos pedidos de verbas em confiança, nas emissões de cheques, na integral ausência da satisfação das dívidas do 2.º trimestre de 1944, o que deu lugar à falsificação comprovada no laudo de exame pericial n.º 433, de fl. 1.472 *usque* 1.572, nos expedientes das *alíneas n*, de fls. 1.671, 1.856 *usque* 1.657. Assim, o Intendente e o Fiel mencionados, ajustados, movimentaram as verbas nos seus nomes, do 1.º e do 2.º trimestres, bem como os reforços dêste último e do 3.º, não os aplicando, como deviam, consumindo, portanto, os dinheiros públicos, cujo extravio, em existencia efetiva permanece”, e o Conselho de Justiça Militar decidiu: a) quanto ao Tenente Leopoldo Guimarães — condenação à pena de três anos de reclusão, por crime de peculato e mais três anos por crime de corrupção, arts. 229 e 235 do Código Penal Militar;

b) Sub-Oficial Manoel Brigido da Silva — condenação à pena de três anos de reclusão, por crime de falsidade de documentos públicos.

Apelou o M.P., pretendendo a reforma da sentença apelada no sentido da condenação de ambos os denunciados: a) o Tenente Leopoldo Guimarães, “na sanção penal de grau médio — na ausência de circunstâncias agravantes e atenuantes dos arts. 229, preâmbulo do C.P.M., combinado com o art. 66, parágrafo 2.º, da mesma lei, ou seja com o *aumento de um sexto e dois terços*, e 231, preâmbulo, também do C.P.M.”. b) Sub-Oficial Brigido, “no grau médio — na ausência de circunstâncias agravantes e atenuantes — da sanção penal do art. 229, parágrafo 1.º, do Código Penal Militar, e do art. 240 da mesma lei ainda no grau médio, face à compensação das circunstâncias referidas, obedecido, quer quanto ao primeiro quer quanto ao segundo denunciados, para o efeito do cumprimento das penas, o disposto no preâmbulo do art. 66 do Código Penal Militar, e acatado o que dispõe o art. 57 da mesma lei”.

Apelaram, também, os acusados.

Ouvido o Sr. Dr. Procurador Geral, opinou pela condenação do Tenente Leopoldo às penas por crime de peculato, e do Sub-Oficial Brigido por igual crime, e, mais, o de falsidade com o acréscimo de tempo de guerra, e aplicada, ainda, ao Tenente Leopoldo a pena accessoria de indignidade para o oficialato.

Isto pôsto:

Preliminarmente:

As arguições preliminares de nulidade são: a) Suspeição do Juiz militar Capitão de Fragata Francisco Paulo de Oliveira Júnior, porque “teve oportunidade de se manifestar acrimoniosamente no E. “Minas Gerais”, quando neste pôrto, e o que resulta também a manifestação que fez sobre o objeto da causa afirmando, que o seu constituinte tenente Leopoldo, tinha praticado um crime e assim desabonava a “Marinha” exibindo para a prova um telegrama em que se declara: “Autorizo declarar Comte. Oliveira praça d’armas Minas ter feito referências contrarias você minha presença. Abraços Acyr”. (6.º 1.950 e 1.757). e o oficial averbado de suspeito, recusando a suspeição, explicou que: “não era inimigo do réu — a quem conhece desde menino e de quem tem recebido demonstrações de gentilezas e que realmente teve oportunidade de dizer ao Sr. Capitão de Corveta que o réu estava “*enrascado*”, referindo-se ao inquérito que respondia e que motivou o presente proces-

so, mas não expendeu juízo a respeito da verdadeira situação criminal e poderia modificar qualquer juízo a respeito do processo, desde que conhecesse melhor o conteúdo da prova”.

Bem definiu a situação o voto do Capitão de Fragata Paulo Mário da Cunha Rodrigues, ao declarar-se contra a suspensão argüida. “Em se tratando de caso assaz rumoroso, ocorrido no âmbito relativamente restrito de um Comando Naval, difficil é encontrar-se algum official que não tenha a respeito comentado, conforme as apparencias: julgando-me em tal caso, seria tão suspeito quanto o Cap. de Corv. Oliveira Júnior”.

O comentário, em rodas navais, ainda na fase do inquérito policial militar por quem ainda não estava investido na função de juiz não inibia a alguém de ser juiz, se esse comentário não envolvesse a manifestação de um propósito de prejudgamento contra a prova expressa dos autos.

Demais, “a sentença proferida por Conselho de Justiça com juiz irregularmente investido, *suspeito* ou impedido não anula o processo, salvo se a maioria se constituiu com o seu voto. (Cód. Just. Mil., art. 253).

E' a hipótese.

II. *A ilegal substituição do Juiz Capitão Tenente Joaquim Américo dos Santos Coelho Lobo.*

O Comandante Naval, atendendo a que devia regressar ao Rio de Janeiro por ter sido dispensado das funções que aqui exercia, solicitou a substituição desse official nas funções de juiz. (6.º, 1802).

O official substituído, desde que foi dispensado das funções militares, em Salvador, Bahia, ficou *ipso facto* dispensado do serviço judicial, fôsse ou não solicitada a sua substituição, como é de pratica corrente, com fundamento nos arts. 24 e 25 do Código da Justiça Militar, com a modificação introduzida pelo Decreto-lei n.º 4.225, de 2 de abril de 1942.

Igualmente, é extensivo a esta argüição o disposto do art. 253 do Cód. Just. Mil., como se decidiu relativamente à preliminar anterior.

III. *Autor de denúncia não pode presidir conseqüente inquérito.*

O processo judicial não incide em nulidade ainda quando presidido o processo policial por autoridade incompetente. Este processo serve de informação àquele.

Demais, a alegação é inconsistente.

Quem denunciou o fato foi o fornecedor José Porfirio. Antes, o Comandante Drunham havia dado uma informação sobre a frequência do acusado em casa de jôgo.

IV. *Nulidade* “quanto à prova gráfica ou exame de documentos inquinados, não se procedeu na forma dos arts. 179, letras *a usque e*, do Código da Justiça Militar, negando-se ainda ao acusado os direitos do art. 134 do mesmo Código, e não se obedecendo ao disposto no art. 132, parágrafo único, 133, 134 e 135 e respectivos parágrafos desse mesmo Código de Justiça Militar, já citado”.

E' certo que o Código da Justiça Militar *faculta* no seu art. 134 ao indicado oferecer quesitos ao exame pericial, mas não é em grau de apelação que se há de proclamar a nulidade desse exame sem demonstração de que tal *faculdade* foi negada, quando requerida, e, se requerida, e quais os motivos que causaram prejuízo à Defesa.

V. *Cerceamento da defesa* por ter sido recusada a inquirição, como testemuha de defesa, do Vice-Almirante Lemos Bastos, que, em relação

ao Tenente Leopoldo Guimarães, “tinha recusado ao denunciado o direito à prestação de contas, quando ilegalmente determinou a detenção foi acusado”.

O requerimento foi — *fôsse ouvido o Exmo. Sr. Vice-Almirante, antes de viajar*” (fls. 1832) e a decisão que não atendeu ao requerido está a fls. 1824.

A improcedência do requerimento é manifesta.

Não lhe foi recusada prestação de contas — “o tenente Leopoldo solicitou autorização no sentido de viajar para o Rio onde ele tenente Leopoldo obteria dinheiro para cobrir a falta do cofre, não obtendo licença” (fôlhas 1768).

De meritis:

I. A censura à sentença apelada, quanto ao tenente Leopoldo Guimarães é que “a configuração do peculato apontado pela denúncia e aceito pela sentença mister se fazia, além do mais, houvesse o apelante se apropriado de quantia certa e precisa e expirado o prazo por lei, tinha direito prestação de contas que impõem os arts. 253 e 269 do Regulamento para o serviço de Fazenda da Armada..... que o Sr. Ex-Comandante Naval de Leste desatendeu o pedido de prestação de contas, como de direito e tudo isto não obstante, conclui a sentença... pela condenação do apelante a 3 anos de reclusão, por crime de peculato, e desclassificando o delito de concussão.... para corrupção aplicou mais ao recorrente a pena de três anos de reclusão, somando as duas penas seis anos”, e relativamente ao Sub-Oficial Brígido: “Em verdade o Sub-Oficial Brígido nunca teve a posse do dinheiro na Capitania dos Portos, na sua Intendência, da qual era fiel e dos autos consta, mesmo do Comandante Helio Garnier, dirigente da Escola, que na vez ou nas vêzes em que Brígido recebeu suprimentos no próprio nome, entregou as importâncias ao Intendente, primeiro Tenente Leopoldo Guimarães Filho que confirmou àquele dito Com. o recebimento das ditas quantias. Além da função e do cargo não lhe permitirem a posse de dinheiro nem de valores, tudo quanto recebeu entregou, confirmadamente, ao oficial Intendente, que era o detentor dos dinheiros da Escola, o guarda dos seus valores..... não poderia ter praticado o crime de peculato nem para êle concorrido, caso do art. 33... Não é, não pode ser documento público para nenhuma finalidade penal em face do que compreende o art. 240 do C.P.M. como crime de falsidade de documento público, até mesmo porque, quando da sua pretensa falsificação, era uma conta comercial meramente comercial, que nunca chegou a produzir, sequer, efeitos contábeis... De outro modo, também não existem provas de sua autoria na falsificação de documento particular.

Manoel Brígido foi, apenas, uma vítima do seu superior intendente.

Poderia tê-lo denunciado tão logo viu e descobriu a sua tragedia”.

II. O crime atribuído ao Tenente Leopoldo Guimarães está provado de modo exuberante.

O Comandante da Escola, logo que recebeu comunicação de atraso no pagamento de contas, interpelou o Tenente Leopoldo e o Sub-oficial

Brigida, e, diante das contradições de ambos, providenciou a instauração de inquérito policial militar.

O Tenente Leopoldo, prestando declarações, eximiu-se de responsabilidade, procurando atirá-la contra o Sub-oficial Brigido:

Disse então o Sub-Oficial Brigido: "O Senhor Intendente vinha pagando as contas dos últimos fornecimentos de 1943 com o dinheiro do primeiro adiantamento do ano de 1944, e quando o depoente recebeu o dinheiro correspondente ao segundo adiantamento para o segundo trimestre de 1944, entregou-o ao Intendente da Escola, menos, quinhentos cruzeiros, que perdeu e que depois pagou parceladamente; que desta entrega certificou ao Senhor Comandante da Escola. Que o Intendente com este dinheiro pagou muitas contas do seu primeiro trimestre, isto é, o primeiro de 1944 e ainda com ele fez o recolhimento do soldo ainda deste primeiro trimestre, prometendo ao depoente pagar as contas do segundo trimestre com o dinheiro do terceiro trimestre que deveria vir; aconteceu que este adiantamento esperado não veio em nome do Intendente. Que nessa ocasião o Intendente prometeu pagar parte das contas do fornecedor Valeriano Porfirio de Souza, o que não fez. Que o depoente tornou a falar com o Tenente para pôr em dia as suas contas, ao que este respondeu que a responsabilidade do adiantamento era do depoente e que, portanto, providenciasse. Que o depoente disse não ter como providenciar e iria forjar documentos afim de que a Diretoria de Fazenda não tomasse providencia contra sua pessoa. Respondeu o Intendente que fizesse o que quisesse, que ele não. Que o depoente, *vendo passar o tempo, sem solução, forjou documentos falsos relativos a toda parte de pão, carne e generos do seu adiantamento, entregando-o a 16 de outubro do corrente ano. Declarou, ainda, que embora tivesse vontade de levar ao conhecimento do Comandante da Escola o que se passava, nunca o fez para não passar por delator.....que efetivamente fez coisa errada mas procurando cooperar para solver as dividas anteriores da Escola e depois tentando evitar que aparecessem as irregularidades, entretanto nenhum proveito pessoal tirou no caso, visto como todo o dinheiro do seu adiantamento foi entregue ao Intendente e por ele movimentado (I-16).*

O Comandante da Escola determinou um balanço no cofre, verificando-se "um desfalque na importância total de duzentos e vinte e três mil sessenta e seis cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 23.066,40) assim distribuído: do adiantamento recebido no nome de 1.º Tenente Intendente Naval Leopoldo Augusto de Oliveira Guimarães Filho uma falta de Cr\$ 190.494,50; do quantitativo da caixa de economias uma falta de Cr\$ 19.551,90; do quantitativo de verduras uma falta de Cr\$ 9.609,00, acrescida da falta correspondente ao soldo oficial para o mesmo fim num total de Cr\$ 3.411,00".

O novo exame de livros e documentos acusou um desfalque de Cr\$ 391.506,20, que se atribuiu ao Tenente Leopoldo "*como único responsável*" (III-991).

Não lhe sendo possível contestar os fatos, teve de render-se à evidência.

A sua melhor alegação, de defesa vem abonar a acusação — não lhe foi permitido viajar com destino ao Rio de Janeiro, onde poderia obter recursos para ressarcir o alcance.

Não lhe socorre, por isso, a alegação de que o Código de Contabilidade lhe conferia o direito de prestar contas dentro de 90 dias, uma vez que se mostrava insolvente e só pela generosidade de terceiros é que poderia repor as quantias em alcance.

Demais, a exigência da prévia prestação de contas só é exigível, quando o alcance não é evidente.

O processo criminal não está na dependência do processo administrativo, como é da jurisprudência dos tribunais.

O seu crime é o de peculato, como bem observa o Sr. Dr. Procurador Geral — “no crime de peculato, a intenção lesiva é uma só e tem como objetivo um só propósito, embora constituído pela repetição de atos parciais visando a mesma finalidade (op. cit., vol. 8.º, pág. 225). Diversos foram os desvios de dinheiro: todos, porém, integram um delito simples, para o efeito da aplicação da pena”.

Também é de ser acolhido o parecer do Sr. Dr. Procurador Geral, proclamando a inexistência do crime de *concussão* ou mesmo o de *corrupção*.

III. O Tenente Leopoldo não pôde contestar os fatos e procurou livrar-se da responsabilidade penal, suscitando questões preliminares.

Entretanto, o sub-oficial Brígido desde o início confessou os fatos e permitiu-se dizer que forjou documentos de despesa mas dêles não auferiu nenhum proveito pessoal, e agora repete na sua defesa que “foi apenas, uma vítima do seu superior”

E' o convencimento que resulta do exame dos autos.

O Intendente e o Fiel são ambos responsáveis funcionalmente pelos dinheiros recebidos e as suas funções tem íntima conexão.

O Tenente Intendente valeu-se da sua ascendência hierárquica e funcional e conservou sob a sua guarda dinheiros de sua responsabilidade e da do Sub-oficial Fiel.

O Intendente consumiu, pouco a pouco, êsses dinheiros, e quando foi surpreendido em desfalque, o Fiel tratou de salvar a sua responsabilidade, interpelou o Intendente. O Intendente abandonou o Fiel à sua sorte. Este forjou documentos para ocultar a própria responsabilidade e a do Intendente perante a Diretoria de Fazenda.

A sentença apelada reconhece que “o que êle recebeu referente aos adiantamentos dos meses de abril, maio e junho foram entregues ao 1.º denunciado”.

O bem elaborado Relatório do Encarregado do Inquérito Policial Militar reconhece que: “O Fiel Brígido desde o início do presente inquérito confessou a autoria dêste crime (falsidade) e que só o fez como último recurso para evitar que o fato viesse a lume;que disse ao Intendente pretender levar ao conhecimento do Comandante os atrasos de pagamento, ao que o Intendente o ameaçou de dar um tiro se falsasse alguma coisa. (V-167).”

A intenção com que foi forjada a falsidade, acrescida da circunstância de não haver o Fiel obtido vantagem alguma da ação praticada, exclui o crime de falsidade de documentos por falta de um dos seus elementos constitutivos.

O Sub-official Brigido não tem responsabilidade penal por ter agido forjando documentos para a impunidade do crime de peculato atribuído ao Tenente Leopoldo.

Se não incidiu em responsabilidade por falsificação de documentos, também essa responsabilidade por peculato doloso não lhe pode ser atribuída, pois que dolosamente não concorreu para que o Tenente Intendente se apropriasse dos dinheiros públicos.

O seu concurso para o crime do Tenente Intendente é culposo — deixou-se arrastar por uma injustificável influência hierárquica e funcional até a descoberta do crime.

IV. A pena dos acusados é fixada no seu limite mínimo dentro do critério do art. 57 do Cód. Pen. Mil.

V. Quanto ao acréscimo de pena proveniente da prática de crime em tempo de guerra, deixa de ser aplicado por falta de pedido expresso do M.P., transitada em julgado, nessa parte, a sentença apelada.

Assim:

Acordam, em Tribunal, provendo as apelações dos acusados, prejudicada a do M.P.:

a) condenar o 1.º Tenente, Intendente Naval, Leopoldo Augusto Oliveira Guimarães Filho, à pena de 3 anos de reclusão, como incurso na sanção penal do art. 229 do Código Penal Militar; e à pena accessória de indignidade para o oficialato, estabelecida no art. 1.º, n.º IV, do Decreto-lei n.º 3038, de 10 de fevereiro;

b) condenar o Sub-official Manoel Brigido da Silva à pena de seis meses de prisão, *ex-vi* do art. 229, parágrafo 2.º do dito Código; pelo Conselho de Justiça cancelada a providência afinal ordenada.

Supremo Tribunal Militar, 26 de julho de 1946. — *General Silva Junior*, Presidente. — *Cardoso de Castro*, Relator.

Vencido quanto à pena imposta ao Tenente *Leopoldo Guimarães*.

E' certo que o Tenente Leopoldo tinha um passado que o recomendava mas entrou a frequentar casas de jogo em companhia de pessoas de conduta suspeita.

Não bastando os recursos próprios perdidos no jogo, lançou mão dos dinheiros públicos sob sua guarda e sob a guarda do Fiel; passou a obter dinheiro dos próprios fornecedores, iludindo-os; procurou burlar a fiscalização do Diretor da Fazenda para evitar a descoberta do seu crime; causou grave escândalo administrativo pelo vulto do desfalque e concorreu para que um seu subalterno fôsse levado a prática de crime.

A pena é fixada em 3 anos, aumentada de um têrço, ou sejam 3 anos e seis meses observada, assim, a regra da aplicação estabelecida no art. 57 do Código Penal Militar. — *J. Bulcão Viana*, de acôrdo com o voto supra. — *Azevedo Milanez*. — *Amílcar V. Pederneiras*. — *Pacheco de Oliveira*. — *Heitor Várady*. — *Edgar Facó*. Votei pela absolvição de Manoel Brigido da Silva, que falsificou os documentos sob ameaça de morte — *A. R. de Vasconcellos*. — *Ary Pires*. Fui presente. *Waldemiro Gomes*.

PARECER DO DR. PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

O processo originou-se do ofício que, ao Sr. Comandante Naval de Leste, dirigiu, a 23 de dezembro de 1944 o capitão de corveta Helio Sampaio, Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros do Estado da Bahia, e adiante transcrito:

“Levo ao conhecimento de V. Excelência, que fui surpreendido ao receber uma comunicação escrita do fornecedor Valeriano de Souza Filho, que a Escola se achava em débito quanto ao fornecimento de generos relativos ao trimestre abril-junho.

Tal fornecimento se achava enquadrado no adiantamento feito a esta Escola, em nome do SO-FL Manoel Brigido da Silva, cuja comprovação integral fôra encaminhada à Diretoria de Fazenda, pelo meu ofício n.º 342-A, de 16 de outubro do corrente ano.

Chamado à minha presença o fornecedor, êste tornou a afiançar que não recebera o quantitativo do fornecimento, e, na presença do 1.º tenente Leopoldo Augusto de Oliveira Guimarães Filho e do SO-FL Manoel Brigido da Silva, afirmou que nada recebera, acusando de falsos quaisquer documentos existentes.

Ante o fornecedor, tanto o Oficial como o SO-FL entraram em contradições declarando o oficial que o caso era de responsabilidade do Sub-Oficial, e êste declarando que qualquer irregularidade era do conhecimento do Oficial Intendente.

As 1as. e 2as. vias dos documentos em questão seguiram com a comprovação do adiantamento, e como não me foi apresentada a 3.ª via, e em face da gravidade do caso e das contradições havidas entre o Oficial e Sub-Oficial, dei voz de prisão a ambos.

Não possuindo a Escola outro oficial além do 1.º tenente In Leopoldo Guimarães Filho, solicito a V. Excia. seja nomeado um Oficial, servindo sob as ordens do C. N. L., para presidir ao Inquérito Policial Militar (fls. 4 e 5 do 1.º vol).

A 26, ainda de dezembro, o capitão de corveta Helio Garnier ordenou, como medida preliminar, fôsse feito rigoroso balanço no cofre da Escola de Aprendizes, a que assistiram êle e o tenente Leopoldo Guimarães Filho, apurando-se, nessa ocasião, a existência de um desfalque no valor de Cr\$ 223.066,40 (fls. 23 a 27 do 1.º vol).

Já na fase do inquérito, procedeu-se a outro exame, agora mais amplo em todos os livros e documentos do Serviço de Fazenda da Escola de Aprendizes, referentes ao ano de 1944. Verificaram, então, os peritos que as importâncias que deveriam ser recolhidas aos cofres da Fazenda Nacional atingiam a soma de Cr\$ 391.508,20, pela qual era único responsável o tenente Leopoldo Guimarães Filho (fls. 991 do 3.º vol.).

Nas razões de apelação, a fls. 1945 do 6.º vol., os ilustres advogados do tenente Leopoldo Guimarães Filho escrevem, num dos seus lances: “Os srs. juizes capitão de corveta Paulo de Oliveira Júnior e capitão de fragata Paulo Mário da Cunha Rodrigues são suspeitos. O primeiro dêles confessou em plena sessão, em que foi levantada sua suspeição, que tinha se referido ao capitão de corveta Acir de Carvalho Rocha, conforme telegrama nos autos, sôbre o objeto da causa. O segundo, ao

julgar a suspeição, confessou espontaneamente, que, também, sobre o fato se tinha referido.

O Código da Justiça Militar considera suspeito o juiz que se houver manifestado sobre o objeto da causa (alínea *c* do art. 50). Teriam os citados juizes incorrido na censura do dispositivo em apreço? E' o que cumpre indagar, à luz dos esclarecimentos constantes dos autos.

Ao ser arguida a suspeição do capitão de corveta Francisco de Paula de Oliveira Júnior, explicou êle que, "realmente, tivera oportunidade de dizer ao Sr. Capitão de Corveta Acyr Dias de Carvalho Rocha que o 1.º Tenente Leopoldo estava "enrascado", referindo-se ao inquérito a que respondia e que motivou o presente processo, mas não expendera juízo definitivo a respeito da verdadeira situação criminal".

Judiciosamente ponderou o capitão de fragata Paulo Mário da Cunha Rodrigues, no momento de proferir o voto na audiência de instrução criminal: Em se tratando de caso assaz rumoroso, ocorrido na âmbito relativamente restrito de um Comando Naval, difficil é encontrar-se algum official que não tenha a respeito comentado, conforme as apparencias; julgando-me em tal caso, seria tão suspeito quanto o capitão de corveta Oliveira Júnior (fls. 1.751 do 6.º vol.).

A defesa procura dar amplitude ao conceito de suspeição, embora se trate de matéria de direito escrito, isto é, que só abrange os casos que especifica.

Nenhum dos juizes apontados manifestou-se, propriamente, segundo o espirito da lei, no tocante à hipótese ajuizada. Não emitiram opinião contrária ao tenente Leopoldo Guimarães Filho, ou anteciparam qualquer julgamento. Limitaram-se a comentar a ocorrência, o fato em tese, o que é de hábito corrente entre pessoas que conheçam quem haja praticado crime.

O advogado do tenente Leopoldo Guimarães Filho, dr. Gilberto Valente, indicou, como testemunha de defesa o Vice-Almirante Alberto de Lemos Pastos, requerendo se lhe tomasse o depoimento, antes de regressar ao Rio. O Conselho de Justiça indeferiu o pedido, por êste fundamento: "foi o referido Comandante quem determinou a abertura do inquérito e proferiu a solução do mesmo" (fls. 1.824 do 6.º vol.). Nos termos do art. 208 do Código da Justiça Militar, a inquirição das testemunhas de defesa não pode ser feita simultaneamente com as de accusação. Estatui o preceito: "finda a inquirição das testemunhas de accusação, proceder-se-á às da defesa". Também é improcedente essa preliminar.

O Conselho de Justiça negou a perícia solicitada no requerimento a fls. 1.874 do 6.º vol. A meu ver, a questionada decisão não afetou o direito de defesa, cercanda-a.

A medida era, evidentemente, protelatória, sem qualquer alcance prático, e não modificaria a situação do tenente Leopoldo Guimarães Filho, no processo.

Basta atentar nos quesitos *a* e *e*, fôlhas 1.877 e 1.878 do 6.º vol., que já estavam respondidos pelo laudo pericial, a fls. 984 e 986 do 3.º vol.: "a escrita, agora, submetida ao exame desta Comissão, obedeceu às normas indicadas no Regulamento para o Serviço de Fazenda da Armada", e, "para completar essa tomada de contas, fez ainda a Co-

missão de Perícia o balancete de folhas 26, do movimento de dinheiros de verduras e frutas”.

Tudo foi examinado pelos peritos, que apresentaram trabalho completo detalhado e minucioso, e do qual ressalta, incontestemente, a responsabilidade do tenente Leopoldo Guimarães Filho. Divide-se em 4 partes, sob os títulos “Da tomada de conta”, “Do município”, “Da situação do gestor”, “Conclusão” e respostas aos quesitos.

O crime de peculato cometido pelo tenente Leopoldo Guimarães Filho está provado, à saciedade. Ele não justificou o emprego regular de importâncias que lhe foram entregues, em razão do officio. Encontrou-se também vultosa diferença “entre o realmente fornecido e o pago aos fornecedores”.

Não se pode obscurecer o que emerge, em clareza transcrita dos autos.

Argumentos, por mais habilmente cinzelados que sejam, não infirmam elementos probatórios que se amparam numa perícia que constitue verdadeiro *corpus delicti*.

O Supremo Tribunal Federal já decidiu, e seu julgado ajusta-se à hipótese em lide: Independe da tomada de contas pelo Tribunal de Contas a instauração de processo executivo fiscal para cobrança da responsabilidade dos peculatórios, *uma vez apurado administrativamente o alcance*, e inscrita a dívida em livro competente, e de que se extrai a certidão correspondente (*Jurisprudência*, vol. 7.º, pág. 443).

No crime de peculato a intenção lesiva é uma só, e tem como objetivo também um só propósito embora constituído pela repetição de atos parciais, visando a mesma finalidade (op. cit., vol. 8.º pág. 225). Diversos foram os desvios de dinheiro; todos, porém, integram um delicto simples, para o efeito da aplicação da pena.

Bento de Faria diz: Assim, como Procurador Geral da República (e antes e depois como Juiz) sempre entendi que a prestação de contas é somente exigida para integrar o peculato quando o valor da apropriação ou do desvio não resultar evidente e desde logo materialmente comprovado dos autos do processo criminal.

Assim, também considerou o Tribunal, acolhendo o meu parecer. (Código Penal, vol. V, pág. 500).

A sentença, num dos seus tópicos, declara: De referência, porém, no art. 231, o Conselho houve por bem desclassificar para o art. 332 — corrupção — que está sobejamente provado. Esta desclassificação que foi unânime, isto é, que foi por unanimidade de votos, atendeu a que o acusado recebia os empréstimos e concordava com as entradas de generos em quantidades inferiores às requisições e faturas.

A corrupção que é “*le trafic de fonction*”, caracteriza-se pela aceitação de vantagem indevida ou de promessa de tal vantagem, o que não ocorreu na espécie.

O ten. Leopoldo Guimarães Filho praticou ato que desabona sua conduta funcional, mas que não é infrigente da norma punitiva. O recebimento a menos dos generos requisitados não constitue delicto autonômo. Foi um dos meios de que o tenente Leopoldo Guimarães Filho se utilizou, na execução do plano de lesar a Fazenda Nacional. Acertadamente, andou o Conselho de Justiça, mandando extrair cópia de documentos, para

apurar a responsabilidade de José Porfirio de Sousa e outros (fls. 1.978 do 6.º vol.).

O sub-oficial Manuel Brigido da Silva desviou (alega que em proveito do tenente Leopoldo Guimarães Filho) o adiantamento correspondente ao 2.º trimestre de 1944. Ele confessou a autoria do delito, acrescentando que “forjará documentos falsos” para comprovar o destino da quantia recebida (fls. 16 e 17 v. do 1.º vol.).

O laudo de exame grafoscópico concluiu que “ha suspeitas de que as assinaturas atribuídas aos fornecedores Valeriano P. de Sousa e Manuel Alonso Pinheiro, constantes das peças número 1 a 24 são do punho do sub-oficial Manuel Brigido da Silva, que produziu as peças parâmetros n.º 10 e 16 a 23” (fls. 1.499 e 1.500 do 5.º vol.). Aliás, existe no processo, a respeito dessas falsificações, a própria confissão de Manuel Brigido, e que supera toda e qualquer prova, mesmo a de natureza técnica.

Opino pela condenação do tenente Leopoldo Augusto de Oliveira Guimarães Filho às penas do art. 229, e do sub-oficial Manuel Brigido da Silva, às dos arts. 229 e 240, com o acréscimo previsto no art. 314. Ao tenente Leopoldo Guimarães Filho dever-se-á aplicar, ainda, a pena acessória de indignidade para o oficialato (n. IV do art. 1.º do Decreto-lei 3.038, de 10 de fevereiro de 1941).

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1946. — *Waldemiro Gomes Ferreira*,
Procurador Geral.